

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro — Outubro de 2014 — N° 70 — Ano 7 Av. Presidente Vargas, $509/11^\circ$ andar — Centro — Rio de Janeiro CEP 20071-003 — (21) 2215.2443

SİSEJUFE

FENAJUFE

CUT

Manifestações e paralisações marcam a luta pelo PL 7.920

anifestações nas portas dos tribunais, paralisações setoriais com 'apagões', passeata pelas ruas do Centro do Rio e grandes atos públicos em Brasília marcaram a rotina de luta e de mobilização dos servidores do Judiciário Federal em todo o país, em especial do funcionalismo no Rio de Janeiro. O objetivo é garantir a aprovação do PL 7.920/2104, um novo projeto com um outro formato para o PL 6.613/09 com a GAJ de 90%, em seis parcelas semestrais nos moldes dos estudos feitos pela direção do Sisejufe.

Na mais recente demonstração de disposição, cerca de 300 servidores de todos os tribunais no Estado saíram, no dia 16 de setembro, em passeata cobrando a aprovação da reposição salarial da categoria. O ato começou em frente à sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Em seguida, o grupo seguiu pelas ruas do Centro do Rio, passando em frente aos prédios da Justiça Federal na Av. Rio Branco e do Tribunal Regional do Trabalho, na Avenida Antônio Carlos. Leia mais nas páginas 6 e 7.



Diretor-geral do STF diz que presidente está do lado do servidor

Amarildo Vieira, diretor-geral do Supremo Tribunal Federa (STF), concedeu entrevista exclusiva ao Contraponto, na cerimônia de posse da nova diretoria do Sisejufe. Ele garante que o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, está disposto a comprar a briga pela aprovação do projeto de reposição salarial do Judiciário, PL 7.920/2014

dor do Judiciário Federal pode esperar do novo presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, em relação às negociações sobre o reajuste salarial?

Amarildo Vieira – Quem teve a oportunidade de ver a declaração do ministro no ato da sua posse percebeu que ele fez um discurso muito interessante defendendo o Judiciário. Isso muito bem entendido, embora alguns tenham dito ou tenham interpretado que ele estava

defendendo a Magistratura e esquecendo dos servidores. Mas ele foi muito claro nisso: defende a todos. Para ele, o Judiciário são os servidores e os magistrados. Nós já tínhamos um projeto tramitando no Congresso Nacional e a ideia dele era fazer com que este projeto tivesse resultado, alcançasse o objetivo que era conseguir o reajuste. O projeto merecia um saneamento porque foi apresentado um substitutivo, uma nova tabela que já estava defasada. Só que isso foi feito pelo diretor-geral anterior. E ele não era a autoridade competente para tanto.

pelos servidores?

Amarildo Vieira – O ministro já sinalizou para a categoria que iria sim brigar por um projeto único ao enviar um projeto novo, dentro do prazo previsto, que era até 31 de agosto, já sinalizando o parcelamento, tendo em vista o volume expressivo de recursos que o reajuste representava. Agora a briga é com o Congresso e com o Governo.

Estamos fazendo esse movimento junto ao Congresso. Já fizemos também uma reunião no Poder Executivo e quem nos atendeu disse que não tinha autonomia para decidir essa questão, que teríamos de buscar uma alçada superior.

feito?

Amarildo Vieira – Agora, com-

pete ao ministro Lewandowski fazer isso. Ele vai brigar pelos servidores do Poder Judiciário, isso é fato. Eu tenho dito às pessoas: garantir que ele vai conseguir eu não posso. Mas garantir que ele vai lutar, isso sim.

— Como funcionário de carreira do STF, qual sua posição em relação ao movimento de criação de carreira própria no Supremo?

Amarildo Vieira – Eu, como diretor do Supremo, estou numa posição muito difícil. Ao mesmo tempo em que eu sou servidor, eu tenho que defender as diretrizes que o ministro me coloca para poder agir. É óbvio que neste momento nós não temos espaço para reabrir uma discussão para trabalhar uma carreira exclusiva para o Supremo por já estar num estágio mais avançado o projeto único. Pode até ser que a gente - e eu não estou falando pelo ministro porque

eu não sei o que ele pensa a respeito disso - vá discutir isso mais a fundo, mais à frente, se for o caso. No momento não é prioridade porque esse projeto (que cria a carreira própria) não foi enviado ao Congresso, já se perdeu o prazo legal, que seria 31 de agosto. Então o que temos hoje: o PL 7.920. Vamos brigar por ele.

— Mas esse assunto pode votar à tona?

Amarildo Vieira – Lá na frente, se não conseguirmos, aí talvez pode ser que o cenário mude. Mas em princípio, a ideia do ministro e a sinalização dele é brigar pela unidade da carreira. Até porque é o que temos no momento. O outro é uma expectativa, um anseio de um grupo de servidores do Supremo que não sabemos se vamos alcançar ou não. Então isso vai ficar para um segundo momento, se for o caso.



Sisejufe se reúne com presidente do tribunal

TRF Diretores do sindicato tratam de assuntos como greve, situação do prédio da Venezuela e assédio moral

diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, e os diretores do sindicato Edson Mouta, Soraia Marca, Ronaldo da Virgens e Lucena Pacheco reuniram-se em 19 de agosto, a pedido da entidade, com o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador Sérgio Schwaitzer. No encontro, foram tratados greve da categoria, a situação do prédio da Justiça Federal na Venezuela, o adoecimento de servidores em função da insegurança do prédio; e a questão do assédio moral.

A direção do Sisejufe expôs os motivos da greve. Os diretores solicitaram ao presidente a sensibilidade de não adotar medida que prejudicasse os servidores, na medida em que não se trata de movimento contra a sua administração.

Schwaitzer afirmou compreen-

der a situação e que por parte dele não haveria retaliação aos grevistas, sendo, porém, exigida a compensação do trabalho nos termos da Resolução T2-RSP-2012/00119, de 27/12/2012 do próprio TRF2, com base na Resolução 188, de 10/02/2012, do Conselho da Justiça Federal.

Prédio da Venezuela

Quanto dos problemas no prédio do foro da Venezuela (leia mais sobre o assunto na página 10), o presidente do TRF informou que fez contato com instituições vizinhas, instaladas na região, como o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), e destacou que todos relataram situações semelhantes de tremores, rachaduras e incômodos variados, porém, em todos os casos, segundo ele,

não existem riscos estruturais nas edificações. O desembargador também esclareceu que conversou com engenheiros e todos foram unânimes em afirmar que não há riscos sérios à estrutura do prédio que, por acaso, requeiram intervenção que venha a interditar o edifício.

Esclareceu, também, que foi desaconselhado a instalar sirenes que avisem antecipadamente explosões nas obras do túnel da Via Binário, devido aos que não trabalham no prédio – usuários, jurisdicionados e outros. Eles poderiam ficar assustados com a eventualidade do alarme, causando transtornos, pânico e risco de acidentes.

Sérgio Schwaitzer anunciou, ainda, que solicitou ao consórcio de empresas do Porto Maravilha que analisasse a possibilidade de concentrar as explosões até o horário das 12 horas. Disse que está acompanhando de perto a situação e que qualquer mudança o levará a reavaliar a sua postura que, no momento, considera razoável o desconforto como em qualquer obra dessa magnitude. E havendo a identificação de riscos iminentes à integridade dos servidores, poderá reavaliar tal posicionamento na medida em que surgirem fatos novos.

Valter chamou a atenção para o aumento do atendimento no Serviço Médico de servidores que relatam estresse em função da insegurança pelo qual passam os trabalhadores da JF Venezuela.

Pesquisa de Saúde e Assédio Moral

O diretor-presidente do Sisejufe também ressaltou o aumento do nível de adoecimento identificado na Pesquisa de Saúde feita pelo sindicato, que demonstrou elevada quantidade de trabalhadores em tratamento psiquiátrico; que fazem uso de ansiolíticos e que manifestam patologias de ordem psíquicas, razão pela qual indagou ao presidente do TRF2 sobre procedimentos ou acompanhamentos da saúde dos servidores na esfera de seu tribuna. Schwaitzer informou que a administração vem acompanhando as situações e que existe a preocupação, de sua parte, preventivamente, com a saúde dos servidores.

Da mesma maneira, Valter apontou a questão do assédio moral, fenômeno que vem aumentando no âmbito do Poder Judiciário, mas que, também, tal assunto, será tratado em próximas reuniões (leia mais sobre o assunto na página 9).



SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT **SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443 **PORTAL:** http://sisejufe.org.br **ENDEREÇO:** imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Célia Mara L. Latini, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eduardo Ramos de Lima e Silva, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Moisés Santos Leite, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Rinaldo de Oliveira Moraes, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende, Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Willians F. de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda. **EDIÇÃO:** Max Leone — **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb 20732) — Max Leone (MTb RJ/19002/JP) — Tais Faccioli (MTb 22185)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – CONSELHO EDITORIAL: Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda. IMPRESSÃO: Taurus Editora e Gráfica Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



em Papel Reciclato. 8,2 mil exemplares.

Fotos: Tais Facciol

Luta pela unidade da categoria marca cerimônia de posse da nova diretoria do Sisejufe

Desafios

Diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, participa da solenidade

Mais de 300 pessoas prestigiaram a solenidade de posse da nova diretoria do Sisejufe, no dia 19 de setembro, no Clube Militar, no Centro do Rio. Além dos diretores e seus familiares, estiveram presentes à cerimônia o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal (STF), Amarildo Vieira e vários líderes de centrais sindicais

evento foi conduzido por Og Carramillo, que presidiu a Comissão Eleitoral. "Temos inúmeros desafios. Precisamos construir a unidade na luta pelo reajuste salarial e contra o assédio moral. Essa direção é chamada a lutar contra a divisão da categoria", disse Carramillo.

O coordenador da Fenajufe, Roberto Ponciano - que deixa a diretoria do Sisejufe após cinco gestões, mas permanece como representante de base - foi convidado a falar. Deu boas-vindas aos colegas reeleitos e aos que estavam assumindo a diretoria pela primeira vez. E pediu a todos que permaneçam na luta. "Sindicato é luta de classes, luta por um país melhor. Não é clu-



Nova direção: desafio de lutar pela unidade da categoria. Destaque para maior participação das mulheres na diretoria do sindicato chegando a quase 50% da composição

assim tem que permanecer. É impossível transformar a sociedade sem os sindicatos", destacou. Amarildo Vieira, recentemente empossado diretor-geral

está permeado de ideologia e

do STF, mas já aliado de longa data do Sisejufe, também fez uso da palavra: "Fui convidado por Lewandowski para reformar o STF. Não recusei, embora tenha inúmeros obstáculos pela frente. Sou otimista, acredito que vamos conseguir o que almejamos: um plano de carreira decente. Vamos priorizar a questão financeira."

A coordenadora da Fenajufe, Mara Rejane Veber, destacou a importância do sindicato do Rio para a Federação Nacional. "O Sisejufe é estratégico porque be, não é associação. Sindicato contribui para a luta da classe,



Valter Nogueira Alves, presidente do Sisejufe (segundo a partir da direita), acompanhado de Amarildo Vieira, diretor-geral do STF; Roberto Ponciano, representante de base e Edson Mouta de Vasconcelos, diretor

que está muito mais acirrada. O mundo do trabalho está cada vez mais individual. Temos o desafio de buscar a unidade da categoria. Também temos outras lutas em comum: trabalhadores enfrentando problemas de saúde mental, a violência do assédio moral... e vejo o Sisejufe como um parceiro para construir saídas para nossos problemas", afirmou.

Jacy Afonso de Melo, secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT, ressaltou que sindicato é instrumento de luta. "Nós não perguntamos qual o partido político, time ou religião quando algum trabalhador quer se filiar. Sindicato é para atender à categoria, é para sindicatear. Não existe esta

palavra, mas todos aqui sabem o significado dela. Nossa categoria vai conquistar o que deseja", disse Jacy.

dade de posse os presidentes do Sindiquinze, José Aristeia e do Sind-Justiça, José Carlos Arruda. Ambos destacaram a necessidade de lutar pelo



Mara destacou importância do Sisejufe

conjunto dos servidores do Judiciário.

O presidente reeleito do Siseiufe, Valter Nogueira Alves, encerrou a fase de discursos com uma saudação especial: "Quero destacar o aspecto feminista desta nova direção. Quase a metade da diretoria é composta por mulheres. Sejam bem-vindas!". E acrescentou a todo o grupo: "A greve provou que vocês são capazes de tocar esta gestão. Não vai ser fácil, mas vocês vão dar conta, é quase um sacerdócio." Valter destacou ainda a presença do diretor do STF, Amarildo Vieira. "Se podemos agradecer a alguém pelo projeto de unidade da categoria é ao Amarildo", concluiu Valter.



Og Carramillo: "Precisamos construir a unidade na luta pelo reajuste"

Sisejufe obtém decisão favorável à equiparação entre licença adotante e licença maternidade

Jurídico

m mandado de segurança impetrado pela Departamento Jurídico do Sisejufe, foi concedida liminar em favor de uma servidora que adotou uma criança com mais de dois anos de idade, para prorrogar a licença adotante para 120 dias, a contar da data da adoção. A servidora requereu, administrativamente, a concessão da licença de

quatro meses, prorrogáveis por mais dois meses. Mas ela teve seu pedido indeferido pela administração, sob a alegação de que não haveria previsão legal, restando deferidos apenas os 30 dias previstos no Artigo 210, da Lei 8.112, de 1990, prorrogáveis por mais 15, nos termos da Resolução 30/2008, do CJF.

O juiz convocado Marcello Granado, relator do mandado de segurança, entendeu que a Constituição não autoriza a distinção entre a licença maternidade e a licença adotante, ou entre a mãe biológica e a mãe adotante. Segundo ele, deve a norma ser interpretada sob o prisma da proteção equitativa, que busca dar amparo à criança, permitindo-lhe a adaptação social, ao ambiente familiar e ao desenvolvimento como ser humano. Contudo, deferiu apenas parcialmente a

liminar, pela equiparação da licença até 120 dias.

Segundo a advogada Aline Reichenbach, do escritório Cassel & Ruzzarin, o tratamento diferenciado entre a adotante e a gestante, e entre a adotante de criança com menos de um ano de idade e a adotante de criança com mais de um ano de idade, além de violar o princípio da isonomia, é incoerente, pois

os filhos adotivos, independentemente da idade ao tempo da adoção, precisam passar por um período de adaptação à convivência com a nova família, o que pode até ser mais difícil para uma criança de dois anos do que para um recém-nascido. O processo tramita no Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região. (Fonte: Departamento Jurídico do Sisejufe)

Sisejufe pede ao TRT que altere a Resolução 25/2014 que determina retorno dos removidos

O Sisejufe protocolou Requerimento Administrativo ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), pedindo a alteração da Resolução 25, de 2014, que determinou o retorno ao tribunal de todos os servidores que se encontram removidos, inclusive aqueles que assim o foram com base no Artigo 15, do Ato Conjunto TST. CSJT.GP 20/2007, revogado pela Resolução Administrativa 110/2012-CSJT.

No requerimento, o Sisejufe sustenta que os servidores removidos com base no Artigo 15, do Ato Conjunto 20/2007, estão amparados pelo Artigo 13, da

Portaria Conjunta 3/2007 e que, portanto, o TRT1 não poderia determinar o seu retorno sem infringir norma superior.

"A redação do Artigo 15, do Ato Conjunto 20/2007, em verdade, repetia a disciplina contida no Artigo 13, da Portaria Conjunta 3/2007, à qual tanto o TST quanto o CSJT aderiram", esclarece a advogada Aracéli Rodrigues, responsável pela Assessoria Jurídica do Sisejufe.

Além disso, o Sisejufe argumenta, no requerimento, que não foram observadas a decadência e o princípio da segurança jurídica e pede a alteração da resolução para



Aracéli Rodrigues

que os servidores removidos nos termos do Artigo 13, da Portaria Conjunta 3/2007 não sejam obrigados a retornar. (Com informações de Cassel & Ruzzarin Advogados)

PA de criação de cargos para a área de TI da Justiça Eleitoral é aprovado no TSE

Processo Administrativo do TSE de 47071, tendo como relator o ministro Gilmar Mendes, cujo objeto é a criação de diversos cargos de analista e técnico judiciário para a área de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral em âmbito nacional, foi aprovado no âmbito do TSE.

Proposto pelas secretarias de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas, em fevereiro de 2014, o PA aponta para a criação de 418 cargos de analista e 255 de técnico judiciários destinados às unidades de Tecnologia da Informação dos tribunais eleitorais.

O PA (47071.2013. 6000000) foi julgado pela Assembleia do Plenário do TSE no dia 19 de agosto e obteve parecer favorável e o deferimento do encaminhamento obteve os votos dos ministros (as) Luiz Fux, Laurita Vaz, João Otávio de Noronha, Henrique Neves da Silva, Luciana Lóssio e Dias Toffoli (presidente do TSE), acompanhando o voto do relator.

Jurídico entra com ação para reivindicar auxílio-transporte a servidores que usam veículo próprio

O Sisejufe, por meio de sua assessoria jurídica, prestada por Cassel & Ruzzarin Advogados, ingressou com ação coletiva cobrando o auxílio transporte para os servidores que não têm como usar transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual, para chegar ao local de trabalho. Além disso, requereu também o afastamento da quota-parte cobrada do servidor que recebe tal benefício.

No que toca ao pagamento do benefício, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já assentou o entendimento de que nos deslocamentos afetos ao serviço, mesmo com veículo próprio, é devido o pagamento de auxílio-transporte ao servidor, sendo, inclusive, desnecessária a comprovação de uso de transporte coletivo, vez que não prevista na legislação de regência.

Por outro lado, haja vista que o referido benefício se trata de

parcela indenizatória, conforme a própria regulamentação da matéria existe evidente contradição entre sua natureza e a cobrança de custeio operada pela União, no montante de 6% da remuneração básica do servidor. A ação foi distribuída na Seção Judiciária do Distrito Federal e recebeu o número 0047682-93.2014.4.01.3400. (Fonte: Cassel & Ruzzarin Advogados)

Sindicato cobra diferenças decorrentes da reestruturação de cargos e funções no TRF2

O Sisejufe ajuizou ação coletiva em favor dos servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que sofreram redução remuneratória em razão da entrada em vigor da Portaria T2-PTP-2012/00928, de outubro 2012.

Pela referida portaria, o TRF da 2ª Região realocou cargos e funções ocupadas pelos substituídos, nomeando-os para cargos em comissão ou funções comissionadas de nível inferior, mantendo, contudo, as atribuições que os servidores já

vinham desempenhando, mediante retribuição maior.

Como foram mantidas as atribuições dos cargos e funções, o sindicato sustenta que a conduta da administração representou redução remuneratória, que deve ser afastada pelo Judiciário, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal.

O processo tramita na 9ª Vara Federal sob o número 0034458-72.2014.4.01.3400 e encontra-se com a AGU, para contestação. (Fonte: Assessoria Jurídica Sisejufe)

Sisejufe promove debate sobre valorização da carreira

Compromisso do sindicato em organizar o Coletivo de Técnicos é reafirmado no evento

s perspectivas atuais para a construção e valorização da carreira judiciária foram o centro do debate promovido em 16 de julho, no auditório do sindicato. O debate contou com a participação de Alexandre Marques, assessor parlamentar da Fenajufe e do Sisejufe, José Carlos Oliveira, servidor do TRF4 e ex--coordenador da Fenajufe, e Valter Nogueira, diretor-presidente do Sisejufe. Temas como acesso, desvio de função, diferenças salariais entre técnicos e analistas e interpolação de tabelas foram tratados pelos palestrantes e participantes do evento. O compromisso em organizar o Coletivo de Técnicos, proposto na reunião ampliada da Fenajufe de junho, foi reafirmado pelo diretor Roberto Ponciano.

Fazendo uma retrospectiva das lutas por valorização da carreira, Valter Nogueira avaliou que a categoria viveu no último período talvez o pior momento ao longo de quase 20 anos, de 1996 para cá. Segundo ele, antes havia uma estrutura na carreira com quase 30 cargos. "No primeiro Plano de Cargos e Salários, em 1996, foram estabelecidos três macro-cargos com as respectivas especialidades. Com isso conseguimos trazer a tão chamada isonomia", lembrou. Para ele, o período de 2002 até 2008 foi o melhor em termos de ganhos salariais, mas o período seguinte foi bem difícil. "Por volta de 2010, 2011, a categoria voltou a se dividir e surgiram propostas variadas", recordou, lamentando a fragmentação surgida principalmente a partir do embate entre os que defendem o subsídio e aqueles que lutam pela valorização da carreira efetivamente. "A gente só consegue avançar hoje com a unidade", completou.

Alexandre Marques ressaltou que a grande quantidade de funções comissionadas entre os servidores do judiciário federal é uma questão delicada,



Alexandre Marques, Valter Nogueira Alves, Roberto Ponciano e José Oliveira compuseram a mesa de debate sobre carreira organizado pela direção do Sisejufe

mas que precisa ser debatida. Segundo ele, a valorização da carreira deveria se dar por meio de aumento no salário e não por comissões já que essas não são incorporadas na aposentadoria. No entanto, propor a retirada das funções não é simples, pois implica em perda imediata de poder aquisitivo. "É preciso achar uma forma de valorizar a carreira que valorize também os aposentados e pensionistas. Além disso, é preciso conseguir do STF o reconhecimento da necessidade de valorização", apontou.

Interposição de tabelas pode ser saída

José Carlos Oliveira fez um resgate do debate de carreira de âmbito nacional e lembrou que já na plenária da Fenajufe realizada em Manaus, no ano de 2009, a questão da interpolação das tabelas foi debatida. "Não temos uma carreira, temos 13 padrões para subir, mas não temos perspectiva de crescer permanentemente e ainda temos muitas distorções", criticou.

Segundo ele, a proposta de interposição de tabelas seria uma boa saída na busca pela valorização da carreira. Ele lembrou que várias discussões ocorreram a partir daquele momento, mas que o debate precisa ser aprofundado e apropriado pelo conjunto da categoria para que se possa traçar um caminho com unidade. "Mesmo que haja algumas divergências é importante que a gente possa, no debate coletivo, ter um foco e uma unidade capazes de realmente avançar em uma carreira para os servidores e servidoras do Judiciário Federal", apontou. José Carlos também chamou atenção para a necessidade de debater a implantação do processo eletrônico que, segundo ele, reflete na discussão de carreira e na busca de valorização.

O diretor do Sisejufe Roberto Ponciano frisou que é preciso ficar claro que o debate sobre carreira não é uma luta dos técnicos contra os analistas. "Isso não é uma guerra santa. A categoria é formada por todos: auxiliares, técnicos e analistas. Tornar o piso mais próximo do teto não prejudica em nada o teto. Temos que fazer com que o teto avance mais", disse. Segundo ele, optar por simplesmente transformar o cargo de técnico em cargo de Nível Superior pode ser uma armadilha. "Se tivermos dois cargos de Nível Superior um com 50% a menos de salário e outro com 50% a mais com as mesmas atribuições você escolheria qual se fosse o administrador?", questionou.

Para Ponciano, é necessário, ainda, resgatar os auxiliares. "Para evitar a extinção dos auxiliares, eles têm que se tornar técnicos, não há outro caminho. A gente precisa, ainda, discutir a criação de um cargo de segundo



Ponciano: "Transformar cargo técnico em Nível Superior pode ser uma armadilha"

grau para uma série de funções para evitar a terceirização. Por que não se pode ter a pessoa que serve o café concursada no judiciário? Temos merendeiras nas escolas municipais", ponderou. O diretor afirmou, ainda, que não se pode considerar a terceirização algo normal e ressaltou que oferecer setores inteiros do Judiciário à terceirização diminuiu a força dos servidores públicos na luta por seus direitos.

Coletivo de técnicos

Ponciano se colocou à disposição para, junto com todos os técnicos interessados, fazer uma reunião de mais fôlego e promover o debate sobre a valorização dos técnicos de forma fraterna.

"Não podemos fazer as lutas da categoria com sangue nos olhos, como se o servidor que há 20 anos trabalha com você fosse seu inimigo. O inimigo é o governo, é o STF", apontou.

Segundo ele, é necessário também tentar abrir um diálogo construtivo com o STF, que não parece não estar disposto a implantar a interposição de tabelas. "Hoje a ideia do STF é extinguir o cargo fazendo concurso apenas para analista. Temos que organizar aqui no Rio de Janeiro, dentro do sindicato, um coletivo de técnicos. Vamos trabalhar para organizar o coletivo para discutir de forma fraterna", concluiu.

Servidores

Campanha Salarial

pós algumas semanas de greve, a categoria no Rio seguiu as orientações do Comando Nacional no Judiciário Federal que indicou a suspensão do movimento a partir do dia 10 de setembro. Houve o entendimento de que em um primeiro momento a paralisação nacional cumpriu o papel de pressionar e chamar a atenção da cúpula do Judiciário para a grande defasagem salarial, cobrando medidas concretas para a reposição. Foram apontados avanços nesse sentido, entre eles o diálogo estabelecido com o Supremo Tribunal Federal (STF), o envio do PL 7.920, embora não se tenha atingido ainda o objetivo que é a negociação efetiva entre o Poder Judiciário da União, Ministério Público da União e Executivo, e a aprovação dos reajustes no Congresso Nacional.

Diante do posicionamento do novo presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, que ao tomar posse no cargo, enfatizou a necessidade de valorizar servidores do Judiciário Federal e juízes e do envio do projeto que garante aumento para os servidores e mantém a autonomia do Poder Judiciário em relação do Executivo, a direção do Sisejufe propôs formas alternativas de manifestação. Na posse, Lewandowski voltou a se comprometer com a recuperação das perdas salariais de magistrados e funcionários do poder.

"Deveremos restaurar a auto--estima dos honrados magistra-

dos e operosos servidores do Poder Judiciário, cuja importância, no tocante à relevante tarefa de pacificação social, que realizam diuturna e anonimamente, não tem sido adequadamente reconhecida pela sociedade e autoridades em geral. Haveremos de fazê-lo mediante a correta divulgação dos serviços essenciais que prestam ao Brasil, não raro com risco para a própria vida e integridade física. Particular atenção será dada à recuperação de suas perdas salariais, de modo a garantir-lhes uma remuneração condigna com o significativo múnus público que exercem, bem como assegurar--lhes adequadas condições materiais de trabalho, além de proporcionar-lhes a oportunidade de permanente aperfeiçoamento profissional mediante cursos e estágios aqui e no exterior", discursou o ministro.

Apesar da suspensão da greve, os servidores e a direção do Sisejufe se mantiveram mobilizados. No dia 2 de setembro, em assembleia em frente à sede da Justiça Federal Rio Branco foram aprovados mecanismos que garantem a autonomia dos foros para avaliar as condições de promover manifestações, atos e interrupções do atendimento ao público.

"Temos que ser realistas e unir forças para fortalecer o nosso movimento. O quadro nacional mostra que é preciso intensificar a mobilização da categoria. Nem todos os sindicatos pelo país estão conseguindo fazer greve. Por

Os servidores do Rio e de todo o país demonstraram que só com mobilização é possível avançar nas conquistas

isso, temos que usar as armas que temos e onde temos condições de mobilizar", defendeu Roberto Ponciano, coordenador da Fenajufe.

Para o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, a postura do ministro Ricardo Lewandowski, de ter enviado um novo projeto de lei ao Congresso, demonstra que o chefe do Judiciário Federal não vai permitir que o Executivo interfira no orçamento do poder. "O presidente do STF indicou com o envio do PL 7.920 que manterá a independência do Judiciário em relação ao Executivo", afirmou.

Segundo Ponciano, o envio

dos recursos que garantem o aumento dos servidores do Judiciário para o Orçamento da União vai passar por uma negociação direta entre a presidenta Dilma e o ministro Lewandowski.

m

Outro ponto que demonstra a atuação do Supremo foi o pedido de informações da ministra Rosa Weber, à Presidência da República sobre o corte na proposta de aumento de salário aprovado pelos ministros do STF. A manifestação faz parte do mandado de segurança no qual a Procuradoria-Geral da República quer obrigar o Poder Executivo a incluir a proposta de aumento no Orçamento Geral da União de 2015, que contempla também os servidores do Judiciário. No mandado de segurança, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pede que o STF determine a inclusão do reajuste na proposta original, sem modificações. Caso a concessão de liminar não seja possível, o procurador pede que a tramitação do Orçamento seja paralisada.

Os servidores do Rio e de todo o país demonstraram que só com mobilização é possível avançar. Apesar das dificuldades

em paralisar as atividades nos setores, a categoria encontrou formas criativas de externar toda a insatisfação pela falta de aumento salarial nos últimos anos. Além do ato e da passeata do dia 16 de setembro, outras manifestações foram promovidas pela categoria, capitaneada pela direção do Sisejufe. Em Brasília houve grande manifestação na Praça dos Três Poderes, durante a posse do ministro Ricardo Lewandowski na Presidência do STF. A solenidade contou com a presença de várias autoridades, entre elas a presidenta Dilma Rousseff. Ao verem a presidenta, os manifestantes entoaram palavras de ordem contra o corte do orçamento do Judiciário, feito pelo Poder Executivo, uma verdadeira violação da autonomia financeira e administrativa do Judiciário e do MPU, assegurada constitucionalmente.

Após a leitura do discurso de posse de Lewandowski e o término da solenidade, os servidores organizaram grande apitaço no encerramento do ato. Como parte do protesto, houve enterro simbólico da autonomia orçamentária do Judiciário,



Dia 16 de setembro, cerca de 300 servidores saíram em passeata pelas ruas do Centro do Rio

or reajuste salarial





Em São Gonçalo, os servidores chegaram a fechar a rua em frente à Justiça Federal

responsabilizando a presidenta Dilma. Os manifestantes marcharam ao redor da Praça dos Três Poderes. Um outro ato público com cerca de 1,5 mil trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União ocorreu no dia 27 de agosto também em Brasília.

A greve, no Rio, começou em 20 de agosto. Houve manifestações nas portas dos tribunais. Pela manhã, diretores do Sisejufe fizeram um ato de duas horas em frente à sede do TRT na Rua do Lavradio em função, também, da redução da jornada de trabalho e por problemas e rachaduras apresentadas no prédio.

Mobilização cresce no TRF2

Já no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), na Rua do Acre, o funcionalismo participou ativamente da manifestação que começou às 11h. Com faixas, cartazes

e adesivos de "Estamos em Greve", os servidores explicavam à população os motivos do movimento. O diretor do Sisejufe Ronaldo das Virgens repassou informes sobre o quadro nacional da greve.

Justiça Federal e TRE em ritmo de greve

Em São Gonçalo, servidores da Justiça Federal participaram ativamente do primeiro dia da paralisação. A manifestação contou com música ao vivo para aliviar a tensão. Em Niterói, também teve cantoria durante o protesto dos servidores. Na Justiça Federal Rio Branco, o movimento transcorreu com tranquilidade e no Tribunal Regional Eleitoral na Presidente Wilson, a paralisação contou com boa adesão dos servidores lotados no prédio do Centro.

Ao longo das semanas, o movimento foi intensificado. No dia 28 de agosto, por exemplo, os servidores da Justiça de Niterói e Itaboraí fecharam os acessos aos foros das ruas Coronel Gomes Machado e Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, em Niterói. Os funcionários fizeram durante todo o expediente, de 12h às 17h, panfletagem com a carta aberta à população, esclarecendo aos usuários os motivos do movimento. Foi permitindo somente o atendimento a casos urgentes. A atividade cumpriu deliberação de assembléia setorial de 26 de agosto, em que os servidores, por unanimidade, decidiram fazer o apagão em um dia da semana, tendo em vista entenderem ser o que melhor se enquadraria à realidade dos Fóruns da Justiça Federal de Niterói. Na avaliação dos dire-



Em Friburgo, os servidores participaram ativamente da paralisação

tores do Sisejufe Adriano Nunes dos Santos e Helena Cruz, a atividade foi muito positiva, com adesão de quantidade significativa de servidores e, que além de ter dado visibilidade ao movimento também desenvolveu bom trabalho de conscientização do público.

Dando continuidade ao processo de mobilização, os servidores do Rio fizeram grande ato no dia 16 de setembro, finalizado por uma passeata pelo Centro da cidade. A mobilização contou com a presença do presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, e de vários membros da diretoria. Moisés Leite, diretor da entidade e agente de segurança do TRE, mostrou indignação com a falta de reconhecimento do trabalho realizado pelos servidores da Justiça Federal."Hoje temos o compromisso do presidente do STF, Ricardo Lewandwski, de que vai lutar pelo nosso reajuste. Precisamos que o discurso se torne realidade e que

ações efetivas sejam tomadas para aprovação do projeto de reposição dos vencimentos há oito anos congelados", afirmou.

Para o diretor Ricardo Azevedo, coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sindicato, o período eleitoral pode dar visibilidade às demandas da categoria. "Temos que firmar posição e realizar manifestações como esta até as eleições. Estamos em um embate com o Executivo devido à questão do reajuste salarial, então é válido fazer este ato na porta do TRE", disse.

Representando o Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe, a diretora Lucilene Lima destacou que a participação dos aposentados é importante para dar suporte e representar os colegas da ativa que não conseguem liberação das chefias para aderir às mobilizações. "Não podemos perder nossas conquistas", ressaltou.

Passeata terminou no mesmo local da partida, em frente à sede do TRE

Vários servidores da capital e do interior participaram do ato e da passeata, seguindo deliberação aprovada na assembleia de 2 de setembro que decidiu pela suspensão da greve a partir de 10 de setembro. Mas foram mantidos os esforços para construir a mobilização da categoria na luta pela aprovação do PL 7.920/2014, antigo PL 6.613/2009. A principal reivindicação da categoria é pelo respeito à autonomia do Judiciário, para que seja incluída, no Orçamento da União/2015, previsão de recursos para a reposição salarial da classe.



Em frente ao Tribunal Regional do Trabalho, funcionalismo demonstrou toda a insatisfação com a falta de reajuste de salário

TRT-RJ prepara servidores para a aposentadoria

DAP Sir

Sindicato participa de evento para orientar funcionários que vão se aposentar

Tais Faccioli*

ais de 80 servidores participaram da terceira edição do Encontro AposentadoRia, nos dias 11 e 12 de setembro, na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ), no Centro do Rio. Organizado pela Coordenação de Recrutamento e Avaliação (Cora), da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do tribunal, o seminário contou com o apoio do Sisejufe. O evento orientou os profissionais que estão a três anos do direito de solicitar a aposentadoria. Segundo Marina Maya de Montojes, uma das coordenadoras do projeto, a ideia é preparar o servidor para esta nova etapa da vida. "É importante que as pessoas percebam a aposentadoria como parte da vida laboral. Todo profissional um dia vai parar de trabalhar. Muitas mudanças ocorrem e esse momento precisa ser planejado", afirma.

As palestras abordaram assuntos como envelhecimento saudável e projetos de vida para a aposentadoria. O planejador financeiro Rogerio Nakata deu dicas de consumo responsável e mostrou quais os melhores tipos de aplicação para este público. "Os recursos financeiros devem ser usados de forma a garantir

qualidade de vida. Este é o desafio", disse Nakata.

Muitas dúvidas foram esclarecidas na palestra ministrada pelas funcionárias do TRT Danielli Santos Lopes e Daniela Pereira Coragem sobre direitos e deveres dos aposentados. Os maiores questionamentos foram em relação ao tempo de serviço, abono de permanência e licenca prêmio. "É um momento crucial na vida do servidor. E ele quer ter a certeza do que vai mudar, se o salário vai diminuir, se a contagem de tempo de serviço está correta. Mas aqui a gente dá uma orientação mais generalizada. O ideal é que o interessado nos procure para uma avaliação individual", explicou Daniela.

Servidora do Tribunal do Trabalho de Resende, Luciana dos Santos, de 54 anos, está a oito meses de encerrar a carreira no serviço público. Ao final do encontro, ela decidiu começar um novo projeto de vida. "Eu aprendi que é preciso buscar atividades prazerosas após a aposentadoria. Sou professora de yoga, mas nunca dei aulas por absoluta falta de tempo. Agora pretendo colocar em prática essa minha vocação", planeja.

O Sisejufe esteve representado no encontro pela diretora



Os maiores questionamentos dos servidores foram em relação ao tempo de serviço, abono de permanência e licença prêmio

Lucilene Lima, coordenadora do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) e pelo diretor Luis Amauri Pinheiro de Souza. "É função social das empresas preparar as pessoas para a aposentadoria, ainda mais quando se trata de empresa pública. Aqui você aprende a se projetar para quando não estiver mais trabalhando", conclui Amauri, que também é funcionário do TRT-RJ.

*Da Redação.

Serviço

Servidores do TRT-RJ que quiserem consultar assuntos relativos à aposentadoria devem procurar a Divisão de Análise de Direitos e Deveres (Dandd). Tel.: 2380-6635

Endereço: Av. Pres. Antônio Carlos, 251 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

Sisejufe participa do I Encontro Unificado de Aposentados e



Realizado dia 16 de agosto, das 10 às 18 horas, no Clube Municipal do Rio de Janeiro, o I Encontro Unificado de Aposentados e Pensionistas da Frente Rio PEC 555 contou com a participação de cinco representantes do Judiciário Federal no Estado do Rio. São eles: Lucilene Lima, Denison Ramos, Francisco Souza, Tobias Luiz e Emy Soares.



As palestras abordaram temas como envelhecimento saudável e projetos de vida para a aposentadoria

Sisejufe vai ao CNJ contra juíza da 12^a Vara Federal

Prática Antissindical e Assédio Moral Jurídico do Sisejufe entra com pedido de revisão disciplinar

direção do Sisejufe, por meio do Departamento Jurídico, entrou com pedido de revisão disciplinar no Conselho Nacional de Justiça para tratar da representação que denuncia, pela segunda vez, a prática antissindical da juíza Edna Kleeman, da 12ª Vara Federal. A representação foi arquivada pela Corregedoria Regional e se refere à atitude da juíza que, quando os representantes do sindicato distribuíam o jornal da entidade na 12^a Vara, postou-se diante deles e informou que somente na presença dela estariam autorizados a falar aos servidores. A mesma juíza já tinha sido alvo de representação encaminhada pelo sindicato por ter proibido o acesso dos representantes sindicais à 31^a Vara, durante o movimento grevista de 2011.

Entendendo que a atitude da magistrada não se coaduna com a liberdade sindical assegurada pela Constituição, já que o contato dos dirigentes com os demais integrantes da categoria tem por finalidade permitir o conhecimento dos problemas enfrentados pela categoria, da qual a magistrada não faz parte, o Sisejufe entrou com representação perante a atual corregedora Salete Maccalóz, que determinou o arquivamento do pedido, sob o argumento de que "a conduta adotada pela

magistrada não configura falta funcional" e de que "não há nenhuma ilegalidade na restrição de acesso de representantes do requerente para além do balcão de atendimento das partes". Contra a decisão, o sindicato interpôs recurso administrativo, sendo a decisão da corregedora mantida pelo Pleno, o que ensejou o pedido de revisão disciplinar perante o CNJ.

"Recentemente, o TRT da 4ª Região confirmou que restringir o acesso de membros de sindicato às dependências da empresa, mesmo que de forma temporária, configura prática antissindical. Não há porque se dispensar tratamento diferente a sindicatos de servidores públicos", observa Aracéli Rodrigues, assessora jurídica do Sisejufe.

O primeiro episódio envolvendo a conduta arbitrária da magistrada ocorreu em 25 de outubro de 2011, quando era titular da 31ª Vara Previdenciária, e impediu o acesso de representantes do sindicato às dependências do setor para passar esclarecimentos sobre a greve em andamento. Na ocasião, os diretores do Sisejufe ainda tentaram marcar reunião com a magistrada para tratar do incidente, mas foram informados que ela não recebia dirigentes sindicais.

Inconformado com a restrição que n\u00e3o encontrava precedentes na história das greves passadas o sindicato protocolou representação na Corregedoria Regional, para que a juíza fosse instada a esclarecer a proibição imposta aos representantes do sindicato e para que fossem adotadas medidas aptas a coibir a repetição da restrição. A representação foi arquivada pelo então corregedor, após a magistrada se comprometer a permitir a entrada de até dois representantes do sindicato na secretaria da Vara. Contudo, em retaliação, a magistrada agora exige que as conversas dos representantes sindicais com os servidores ocorram na presença dela.



O Sisejufe também já recebeu denúncia de fatos ocorridos na 12ª Vara Federal que configurariam prática de assédio moral contra os servidores da referida Vara. Na ocasião, a assessoria jurídica do sindicato encaminhou à Corregedoria do TRF da 2ª Região, representação contra a juíza titular, pedindo a instauração de procedimento para apuração dos fatos. O caso ainda não foi julgado.

De acordo com a denúncia recebida pelo sindicato, os servidores da 12ª Vara Federal

Valter espera que a corregedoria faça as averiguações pertinentes

estariam sendo expostos, de forma reiterada, a situações constrangedoras e abusivas, tais como a proibição de ingerirem alimentos sólidos durante a jornada de trabalho, de rir durante os atendimentos no balcão, além de ameaças de abertura de procedimento disciplinar em razão do exercício regular de direitos reconhecidos, como licença por motivo de doença de pessoa da família.

O Sisejufe entende que essas e outras condutas, que estariam sendo praticadas pela magistrada Edna Kleemann, criam clima

de temor e acabam por degradar o ambiente de trabalho. Além disso, o sindicato avalia que as condutas aludidas configuram assédio moral, que deve ser combatido.

"O Sisejufe espera que as condutas levadas ao conhecimento da Corregedoria Regional sejam devidamente averiguadas e repreendidas, já que este é o terceiro procedimento que o sindicato move contra a mesma magistrada", ressalta o presidente do sindicato, Valter Nogueira. (Fonte: Departamento Jurídico do Sisejufe.)

Orgão Especial do TRT não aceita jornada de 6 horas

Max Leone*

O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), no Rio de Janeiro, negou a reivindicação da direção do Sisejufe de implementar a jornada de 6 horas corridas de trabalho para os servidores do tribunal no estado. Em julgamento dia 21 de agosto, o Processo Administrativo 0006197-65.2013.5.01.0000 que tratava do assunto foi indeferido. A decisão unânime confirmou o posicionamento anterior da Presidência do TRT1, que já havia negado pedido feito pelo sindicado por meio de requerimento. Sendo assim, os funcionários do tribunal continuam submetidos à jornada de trabalho de 8 horas diárias.

Os diretores do Sisejufe Ricardo Quiroga e Luis Amauri, ambos servidores do TRT1, acompanharam a sessão do Órgão Especial. Segundo eles, a posição dos desembargadores foi um tanto quanto contraditória. Os votantes afirmaram que eram "ideologicamente e tecnicamente favoráveis à jornada de 6 horas", no entanto, votaram contra.

Mas, dois impedimentos fortes provocaram a rejeição do pedido do sindicato: a Resolução 88/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da jornada de trabalho, e a falta servidores suficientes para que os dois turnos de trabalho possam ser adotados.

"Os desembargadores que participaram da votação informaram que até os pedidos de abertura de concurso para o TRT1 têm sido indeferidos pelo CNJ. Vamos ter que nos mobilizar para enfrentarmos essa situação", declarou Quiroga.

O sindicato defende que, em virtude das metas estabelecidas para os tribunais, pelo CNJ, e da

implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE), concentrado em picos de funcionamento, há uma grande quantidade de servidores com elevado nível de estresse entre outros fatores de adoecimento e, por isso, a redução da jornada de trabalho é uma necessidade da categoria.

Um dia antes da decisão do Órgão Especial do TRT, a direção do Sisejufe se reuniu com a desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, vice-presidenta e presidenta em exercício do tribunal, no dia 20 de agosto, para tratar da jornada de seis horas. O presidente do

sindicato, Valter Nogueira Alves, e os diretores Ricardo Quiroga, Luiz Amauri e William Faustino ponderaram que, em virtude das metas estabelecidas para os tribunais pelo Conselho Nacional de Justiça e da implantação do Processo Judicial Eletrônico, concentrado em picos de funcionamento, há grande quantidade de servidores com elevado nível de estresse e, por isso, grande demanda reivindicatória pela redução da jornada de trabalho. O sindicato promoveu um ato no dia da votação do órgão na porta do tribunal na Antônio Carlos.

Sindicato monitora impacto das obras de revitalização do Porto nos prédios do Foro da Venezuela

Justiça Federal

Rachaduras deixam servidores em alerta e sindicato contrata peritos

Sisejufe acompanha desde julho os impactos das obras do Porto Maravilha nos prédios da Justiça Federal, na Avenida Venezuela. O monitoramento começou depois que servidores denunciaram que a construção do túnel Binário na região estaria ocasionando tremores nos edifícios, principalmente quando há detonações no subsolo, e surgimento de rachaduras em pisos e paredes.

Uma primeira vistoria foi realizada no dia 23 de julho por equipes da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) e da Justiça Federal. O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, acompanhou o trabalho dos técnicos, que verificaram a extensão dos danos sofridos nas juntas de dilatação da estrutura das três passarelas que ligam os dois prédios. Após a vistoria, representantes da Cdurp afirmaram que não havia risco de as passarelas desabarem e se comprometeram a monitorar a

passarela mais alta, de estrutura metálica, para avaliar com precisão o que está acontecendo.

Sindicato contratou avaliação independente

Apesar de os técnicos do Cdurp terem assegurado que não havia risco para os servidores e usuários das instalações, o sindicato contratou os peritos Luiz Roberto Sertã e Fernando Bergman para fazer uma vistoria independente. A inspeção, que aconteceu no dia 24 de julho, foi acompanhada pelo então diretor do Sisejufe Roberto Ponciano.

Além de verificar os danos ocorridos nas três passarelas, os peritos também constataram algumas rachaduras em banheiros e em outras dependências. Eles descartaram risco para os funcionários e frequentadores do local, mas recomendaram o acompanhamento regular do impacto das obras.

"Mesmo com a indicação dos peritos de que, a princípio, não há riscos, o sindicato vai contratar o serviço de monitoramento constante dos impactos das obras na estrutura dos prédios do Foro da Venezuela", assegurou Roberto Ponciano na ocasião.

Foi criada uma comissão de servidores, intermediada pelo presidente Valter Nogueira, com objetivo de negociar com a direção do Foro medidas práticas para resolver o problema. Os servidores chegaram a paralisar suas atividades das 12h às 13h no dia 5 de agosto em protesto contra as más condições de trabalho.

Em uma das reuniões, os representantes do Sisejufe apresentaram quatro propostas principais: a instalação de extensão da sirene da Rua Sacadura Cabral para avisar com antecedência sobre as explosões; a imediata alocação de um engenheiro civil dos quadros da Justiça para trabalhar no Fórum da Venezuela enquanto houver a exposição de explosões; que fosse exigido da Prefeitura do Rio que as detonações ocorressem apenas em horários noturnos, sem a presença dos servidores; e o envio de um boletim de informação diário com base nas vistorias técnicas feitas todos os dias.

Menos explosões

Segundo o diretor do Sisejufe, Mario César Pacheco, "a situação melhorou bastante com menos explosões em horários de trabalho". O boletim diário foi implantado e pode ser acessado na intranet pelo link 'Boletim Venezuela'. O pedido de alocação de um engenheiro para o Foro, no entanto, não foi atendido sob a justificativa da inexistência de benefício técnico que compensasse o transtorno da alteração. Se necessário, um engenheiro lotado na Av. Almirante Barroso tem condições





Servidores acompanham vistorias técnicas com a participação do sindicato

de se deslocar para a Venezuela rapidamente. A instalação de sirenes ainda está em fase de estudos de viabilidade técnica e de segurança.

A pedido da diretoria do Sindicato, o Crea enviou no dia 7 de agosto um técnico para fazer uma vistoria que foi acompanhada pelo diretor do Sisejufe, Edson Mouta e os servidores do Departamento de Infraestrutura da Justiça Federal Mauro Ralbote e Jorge Henriwur. O profissional sugeriu a instalação de sismógrafos e a prospecção geológica para medir a intensidade dos abalos e a precipitação do solo. O Consórcio Porto Novo passou a utilizar diariamente um sismógrafo para medir o

impacto das detonações. As leituras efetuadas pelo sismógrafo indicam que o impacto das vibrações está abaixo do limite que poderia causar dano à estrutura dos prédios.

Monitoramento diário

Estão sendo realizadas audiências quinzenais entre a Direção do Foro e os servidores. Um grupo de técnicos da Manutenção Predial, supervisionado por um engenheiro de uma empresa terceirizada, faz avaliações diárias da estrutura dos prédios e se forem constatados riscos reais o local será interditado. No momento, essa possibilidade está afastada e as passarelas encontram-se liberadas para uso.

Rachaduras no prédio do TRT da rua do Lavradio

O prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da rua do Lavradio também apresentou problemas de rachaduras. O assuntou foi discutido em reunião da direção do Sisejufe com a desembargadora Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, vice-presidenta e presidenta em exercício do tribunal, no dia 20 de agosto. O diretores do sindicato apresentaram à magistrada e ao secretário Carlos Torres a apreensão dos servidores

quanto ao surgimento de rachaduras no prédio. Carlos Torres, com base em um relatório de vistoria do prédio feito nesse ano, informou que não foi identificado nenhum risco na estrutura da edificação e que todas as diretrizes de ocupação daquele imóvel vêm sendo seguidas à risca. A direção do Sisejufe informou que continuará acompanhando os desdobramentos e a ocorrência de possíveis sinistros naquela unidade judiciária.

Curso de Extensão Universitária "O Saber na Idade Média" lota auditório do Sisejufe

História

Aulas no sindicato mostram que período não foi de pouca produção científica

Tais Faccioli*

eve início no dia 3 de setembro o curso gratuito "O saber na Idade Média: espaços de produção e formas de transmissão", realizado em quatro módulos por meio da parceria do Sisejufe com o Programa de Estudos Medievais (PEM), do Instituto de História (IH) da UFRJ. O primeiro, ministrado pelo professor Rodrigo dos Santos Rainha, abordou "A educação na transição da Antiguidade para a Idade Média". A segunda aula, que aconteceu no dia 10 de setembro, teve como tema os "Cuidados com a saúde física: a Medicina nos séculos IV ao VII".

O professor Bruno Uchoa Borgongino procurou desconstruir a ideia de que o início da Idade Média foi um período de pouca produção científica. Segundo ele, a Igreja Católica não tentou impedir o avanço e o progresso da Medicina. O pesquisador revela que muitos

membros do clero, inclusive, escreveram sobre este tema.

"A Igreja na verdade se apropria de saberes que foram formulados lá no passado grego e romano e acomoda dentro de um discurso e de uma perspectiva cristã. O pensamento era articulado com as concepções cristãs de mundo e de vida humana", explica.

No dia 17 de setembro, a professora Cintia Jalles de Carvalho Araújo Costa deu aula sobre "O micro e o macro cosmos: a relação Homem/Céu no início da Idade Média".

A última aula, no dia 24 de setembro, foi ministrada pelo professor Thalles Braga Rezende Lins da Silva, que abordou o tema 'A educação no fim da Idade Média: as universidades, uma criação da Idade das Trevas'. A estudante de História da UFRJ, Leoná Rodrigues da Silva, participou dos dois primeiros módulos. E diz que está descobrindo curiosidades sobre o período. (*Da Redação.)



Curso gratuito oferecido pelo Sisejufe teve quatro módulos e contou com boa participação dos servidores

Novo curso de espanhol no Sisejufe

O curso de espanhol do Sisejufe agora é realizado pela Multiplus. As aulas, previstas para começar na 3ª semana de Outubro, serão presenciais no Rio de Janeiro e online para todo o Brasil. O valor da mensalidade é R\$ 110. Filiados ao nosso sindicato pagam R\$80, com desconto extensivo

aos dependentes. Alunos que trouxerem amigos para o curso ganham 20% de desconto por cada indicação. Os descontos são cumulativos e podem chegar a 100% da mensalidade.

Professores: Roberto Ponciano, Mestre em Filosofia, Licenciado em Letras/Espanhol, mestrando em Literatura Espanhola; e Fátima Cristina Soares Braga, licenciada em Letras/Espanhol, professora de espanhol em escolas secundárias.

Turmas: segundas, de 18h30min às 21h30min (presencial); quartas, de 8h às 11h. (presencial e online) e sábados – 8 às 11h (presencial e online). Informações: (21) 3550-4610

Unimed Rio garante que plano não passa por crise

Diante da onda de boatos sobre problemas que a Unimed Rio estaria enfrentando, o superintendente-geral da plano, Humberto Modenezi, garantiu que a operadora não passa por crise e que são comentários sem fundamentos as informações de que o plano não vem pagando hospitais, clínicas e médicos conveniados. Em recente entrevista à rádio CBN, o dirigente informou que há negociações pontuais para a dilatação de prazo de pagamentos, o que representaria de 10% a 20% da carteira da Unimed. Mas, segundo ele, todas as questões estão sendo negociadas, com prazo de dilatação de 15 dias. Já a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em matéria publicada no jornal O Globo, em 24 de agosto, informou que os dados financeiros da Unimed-Rio não mostram nenhuma anormalidade. Os

números mais recentes são de março deste ano.

A agência reguladora afirmou ainda ao jornal que a quantidade de queixas contra a operadora caiu de março a junho. Sobre o descredenciamento de hospitais, a ANS explicou que convocou a Unimed-Rio para prestar esclarecimentos.

A matéria mostra que a aquisição da carteira da Golden pela Unimed-Rio teria provocado problemas à cooperativa que passou a atuar em todo o país desde setembro de 2013, quando comprou a carteira de 160 mil usuários individuais da Golden Cross. Na reportagem, a Casa de Saúde São José informou que, em nenhum momento, interrompeu o atendimento a segurados da Unimed-Rio.

À rádio CNB, Humberto Modenezi explicou, no entanto, que um dos motivos para a dilatação de prazos de pagamento se dá pelo fato de a empresa ter que fazer reserva técnica de R\$ 440 milhões determinada pela ANS para cumprir legislação em vigor.

"Tivemos que fazer forte readequação devido à reserva técnica que serve para garantir qualquer pagamento a hospitais", explicou o superintendente-geral da Unimed Rio, ressaltando que pequenos atrasos em pagamentos de fatura precisam ser liquidados rapidamente, "pois do contrário, a empresa terá que fazer provisão financeira".

Modenezi reconhece que há boatos e rumores de que a Unimed não teria condições de manter seus pagamentos. Mas esclareceu que são problemas pontuais devido ao fluxo de caixa para fazer a reserva técnica para a ANS. Outro fator que contribuiu, de acordo como superintendentegeral, foi a construção do hospital próprio da Unimed na Barra da Tijuca, que acabou também

absorver recursos. O dirigente da Unimed informou que já foram adotadas medidas para resolver o problema momentâneo de fluxo de caixa, "como a alongamento de prazo de financiamento com parceiros".

Ele destacou ainda que comparativamente enquanto a chamada inflação médica, que mede os gastos dos planos de saúde, chega a 20%, o reajuste médio autorizado pela ANS para reajustes dos convênios individuais foi de apenas 9%.

De acordo com o representante da Unimed Rio, o descredenciamento da Rede D'Or ocorreu por parte do próprio grupo. "Eles não viram interesse em manter o convênio ao perceber que o movimento deles caiu em razão da Unimed ter investido forte no hospital próprio na Barra da Tijuca. Não teria necessidade manter o Barra D'Or conveniado, por exemplo,

com uma unidade da própria da Unimed em frente", afirmou Humberto Modenezi.

O presidente do Sindicato dos Hospitais do Rio de Janeiro, Fernando Boigues, reforçou que a inflação médica tem sido muito alta e que isso faz com que prestadores e operadoras tenham dificuldades em arcar pagamentos. Segundo ele, a entidade procurou a direção da Unimed Rio que garantiu que o problema de problemas no fluxo de caixa, que começou há dois ou três meses, é momentâneo. O plano, no entanto, se comprometeu que em dois meses a questão será solucionada.

Boigues afirmou que muitos prestadores estão deixando de atender planos não pelo fato de não recebem o reembolso, mas, sim, por não terem conseguido o reajuste das consultas e dos serviços que gostariam que fosse autorizado.

Sob o prisma do cotidiano

Prata da Casa Aposentada lança novo livro de contos e já prepara textos para outra publicação

Max Leone*

processo de criação, diz a autora entre risadas, pode ser chato mas não a impediu de produzir farto material para mais um livro, desta vez de contos escritos ainda nos anos 1990 e de textos mais recentes. Lançado no começo do ano pela oficial de justiça Francisca Vilas Boas, "Das Ilusões e da Morte" revela marcas bem peculiares da autora, segundo artigo de Mário Almeida, escritor e crítico, publicado no jornal O Estado de Minas. Para ele, ao escrever Francisca demonstra "intensidade descritiva condensada, míticas referências históricas, questionamento existencial, a procura de uma identidade dos personagens, o desejo transgressor não raro inibo por traumas das personagens", entre outras características.

"O embrião dos meus trabalhos pode ser um tema do cotidiano, uma pessoa que passa na rua e que move a ter um pensamento. Crio um personagem que começa a andar com as próprias pernas e sai da realidade, mas sem deixar de ter uma referência crítica do mundo", explica a autora, que já se debruça sobre um próximo livro que será lançado até o fim do ano. "Sou obsessiva por trabalho", revela com um largo sorriso.

Francisca Vilas Boas é mais um personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Cultura do Sisejufe, tem por objetivo descobrir, divulgar

e dar espaço a servidoras e servidores que possuam talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público.

O crítico Mário Almeida ressalta





Os contos do atual livro de Francisca Vilas Boas são publicados também em espanhol, tradução feita por Niren Josune Oqueranza

que com vários diferenciais, Francisca oferece o máximo aos leitores nos 21 contos publicados em "Das Ilusões e da Morte". "Sem copiar ninguém, ela avança na linguagem como quem busca sempre o inusitado não pela surpresa em si, mas para oferecer ao leitor a comovência da própria linguagem, o que é hoje raro na literatura", afirma.

Os contos do livro atual, do Grupo Editorial Scortecci, também são publicados em espanhol, tradução feita por Niren Josune Oqueranza, o que abre um campo para que o trabalho de Francisca também seja conhecido e apreciado por leitores de países vizinhos. "O espanhol é um idioma mais próximo do português, assim você consegue ter mais facilidade para difundir

seu trabalho", afirma Francisca.

O conjunto de sua obra e a linguagem usada já receberam elogios comparando--a, inclusive, à de Clarice Lispector e Horácio tirou os sapatos, a camisa. No topo do penhasco, abriu os braços e voou. Era um pássaro e não se podia negar. O mar com doçuras desabotoou o regaço azul. O mais profundo para recebê-lo.

- Quem poderia afirmar que Horácio não sonhava naquele momento?

Trecho do livro Das Ilusões e da Morte

Nélida Piñon, "talento surpreendente" como a de um "Guimarães Rosa de saia" . Para o crítico Mário Almeida, Francisca "revela-se, então, uma mestra do realismo mágico abeirando-se ao novo barroco dos modernos ficcionistas latino-americanos, a cujo textos a autora conseguia também dar uma significação telúrica e uma contextura poética, sendo estes os diferenciais incisivos em sua obra, incluindo o livro lançado no começo do ano".

O escritor e crítico comenta ainda alguns contos publicados em "Das Ilusões e da Morte". Segundo ele, os personagens criados por Francisca "são incomuns que se sujeitam a um cotidiano trivial e que mesmo em meio ao caos existencial preservam uma ética, um estado de espírito, um modus faciendi". Para ele, o conto "Sigma-c-zero" tem uma linguagem que leva o leitor a um imaginário profundo de si mesmo. "Já 'Chanbert' toca pela solidão. E pela secura comovente camusiana. "Bila" surpreende e envolve pela coragem de ser 'antiga'", afirma.

E em "Sentenciante", a autora brinca com a amplitude do vocabulário de nossa língua. Francisca escreveu um conto sem usar palavras com a letra u.

"Foi de propósito para ver se as pessoas iriam perceber", revela a servidora aposentada que também é professora de Português e Literatura Portuguesa.

Os interessados em conhecer o trabalho de Francisca podem obter o livro no Grupo Editorial Scortecci - Caixa Postal 11481-São Paulo/SP - Cep 05422-970. Também pelo telefone (11) 3032-1179 ou e-mail: editora@scortecci.com.br.

*Da Redação.

Descoberta de talento – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br.